

INDICAÇÕES LITERÁRIAS

ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Digna em encômios, sob todos os aspectos, a iniciativa do Senado Federal e do Superior Tribunal de Justiça de editarem, em parceria, esta "História do Direito Brasileiro", cujo segundo volume da parte concernente ao Direito Civil tenho agora a honra de apresentar ao público.

Em um País como o nosso, comumente acusado de não possuir memória, um empreendimento como esse faz-se urgente e indispensável pelo contato que propicia aos historiadores e aos operadores do Direito com insígnies mestres que souberam honrar a sua cátedra, exercendo-a com integridade, erudição e coragem cívica, em momentos difíceis da afirmação da nossa nacionalidade.

Esse proceder, mais ainda, se justifica neste momento, em que o mundo e a nossa Pátria passam por um período conturbado, repleto de indefinições e dúvidas relacionadas com a legitimidade dos Poderes do Estado, sob o enfoque da sua aceitação pela sociedade a que servem.

Ao contrário do Direito tradicional, o direito contemporâneo, emancipado do Estado, excede sempre naquilo que lhe é estabelecido, e a justiça, notoriamente constitucional, coloca-se como espaço de arbitragem permanente entre o ideal da vontade de viver em sociedade e a dificuldade da ação política.¹

O tempo é, pois, de reflexão. Por isso mesmo, conhecer a vida e os ensinamentos dos grandes vultos do passado irá, com certeza,

contribuir para aviventar princípios e regras que, adequados à realidade atual, possam ajudar no equacionamento das dificuldades presentes, com a toma: ' da de medidas, para superá-las, consentâneas com as raízes plantadas pelos nossos antepassados.

Nesse contexto, é de grande valia debruçar-se sobre a atuação do jurista e professor Antonio Joaquim Ribas, o Conselheiro Ribas, que, desde moço, fez do amor ao estudo e da busca do saber suas qualidades mais marcantes.

O notável mestre é mais conhecido pela obra e pela atividade docente, sendo poucas as achegas que os seus principais biógrafos trazem sobre a sua vida privada². A própria data do seu nascimento é objeto de controvérsia. Tudo leva a crer, porém, que tenha vindo ao mundo no dia 23 de maio de 1818, segundo consta da certidão de batismo que integra o Arquivo da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco³.

Nascido no Rio de Janeiro, filho de Antonio Joaquim de Macedo e Dona Maria Prudência Ribas, recebeu o nome de Simplicio, que, no entanto, logo foi trocado para Antonio Joaquim, como o de seu pai, no ato da imposição do sacramento da confirmação.

De família modesta, praticamente nada se sabe da vida do menino Antonio Joaquim Ribas, a não ser quando vamos encontrá-lo chegando a São Paulo, com cerca de 15 anos de idade, para cursar na Academia, num meio estudantil fervilhante do romantismo byroniano, que ali fez surgir os talentos precocemente dizimados de um Álvares de Azevedo e de um Fagundes Vare la, colhidos no verdor da mocidade pelo

¹ GARAPON, Antonie. *o Juiz e a Democracia: o guardião das promessas*. Rio de Janeiro: Revan, 1999. p. 50.

² SETRENGER, Irineu. *Da Dogmática Jurídica - Contribuição do Conselheiro Ribas à Dogmática do Direito Civil Brasileiro*. (2. ed. São Paulo: LTr, 1999. e AMERICANO, Jorge. *O Conselheiro Ribas*. São Paulo,) 1944.

³ STRENGER, *op. cit.*, p. 39.

terrível mal da época, fruto dos excessos boêmios e das idéias românticas dos estudantes-poetas de então.

No entanto, o moço Antônio Joaquim, descrito como um rapaz alto, espigado, forte, de cabelos escuros, barba já crescida, como de uso então, olhos pardos, fisionomia inteligente, tímido, fechado consigo, estudioso, interessado pelos problemas do espírito, embora contemporâneo desses jovens e precoces talentos românticos e literários, em que pese a acusação de haver ele cometido alguns poemas, não se dedica às estudantadas e às troças, mas ligase a um misterioso e enigmático estrangeiro, possivelmente alemão, chamado Júlio Frank, a quem ajuda a compilar uma História Universal, embora dos poucos exemplares dessa obra que chegaram até nós não conste seu nome como colaborador ou compilador.

Com Júlio Frank, que, mais que um amigo, foi um verdadeiro mestre, teve acesso à língua alemã, familiarizando-se não só com o romantismo filosófico, mas com as teorias jurídicas da Alemanha da primeira metade do século XIX, tendo possivelmente estudado no original nomes ainda desconhecidos no Brasil naquela época, como Rudolf Von Ihering e Windscheid, os êmulos mais diretos da Escola da Exegese, do francês Savigny.

Bacharelado em 1839 e doutorado no ano seguinte, logo depois de formado, com a morte de seu amigo e mentor intelectual Júlio Frank, em 1841, começa sua carreira de insigne professor, passando a lecionar, no lugar do mestre falecido, História Universal no Curso Anexo da Faculdade.

Dessa fase Inicial de sua brilhante carreira de lente, disse um de seus biógrafos: O talentoso discípulo manteve-se na altura do ilustre, e, com ele, segundo atestam cronistas contemporâneos, fez da história um estudo verdadeiramente científico, contribuindo com muita eficácia

para o progresso da mentalidade brasileira⁴.

Arguto, metódico, inteligente, hábil na argumentação e preciso no raciocínio, além de lhano e cortês no trato pessoal, logo passou a reger, na Faculdade, muitas cadeiras, destacando-se, entre elas, a de Direito Eclesiástico, de Economia Política, de Direito Público e de Direito Administrativo.

Na última cadeira, aliás, recentemente introduzida no currículo escolar, registra-se que, não tendo o jovem professor um compêndio sobre o qual basear suas explanações, logo depois de sua nomeação, faltou três dias à aula, o que já lhe valeu, de plano, a antipatia dos alunos, que se prepararam para colocá-la contra a parede, como então se dizia.

Mas eis que, no quarto dia, o mestre se apresenta e diz que debalde procurara um livro para servir de compêndio, razão porque havia se organizado, nos três dias anteriores, alguns apontamentos, que iria apresentar aos alunos para copiarem. Tirou-os do bolso e começou a lê-los e explicá-los. Ao final da aula, estava aceito e respeitado pelos alunos; esses seus apontamentos resultaram posteriormente em sua conhecida e louvada obra *Direito Administrativo Brasileiro*, editada em 1866 e adotada como compêndio nas Faculdades de Direito do Recife e de São Paulo.

Esse era Antonio Joaquim Ribas, o Conselheiro Ribas, título honorífico que lhe foi concedido perto de sua aposentadoria. Nele, como disse um de seus ilustres alunos, não se sabia o que mais admirar: se a inteligência privilegiada, o raciocínio rápido e preciso ou a cultura sólida e coerente.

Mas é sobretudo no campo do Direito Civil que o Brasil mais

⁴ NOGUEIRA, José Luiz dei Almeida. *Tradições e Remiscências*, apud STRENGER, op. cit., p. 50.

deve ao Conselheiro Ribas. Sobre seu Curso de Direito Civil Brasileiro, praticamente a primeira obra a realizar a sistematização do Direito Civil em nosso País, assim opinou o ilustre Cândido de Oliveira em nota preambular à terceira edição: Rara clarividência jurídica; amplo conhecimento da História e das fontes, vastíssima erudição, ao lado da vernaculidade da oração e da elegância do estilo - são os predicados que, prima facie, asseguram ao livro de Ribas um lugar de honra na nossa tão minguada bibliografia jurídica.

Em sua obra, marcada pelo caráter erudito e humanista, refletem-se e confluem as correntes doutrinárias mais importantes do pensamento jurídico do século

XIX. Notadamente aquelas correntes ligadas ao pensamento jurídico alemão, como a historicista e a pandectista, incorporando também teses das teorias jusnaturalistas e dos princípios basilares que nortearam a Escola de Exegese.

Deve-se a ele significativamente a introdução, no Brasil, do pensamento de Savigny, o grande mentor dessa Escola, como se pode ver da seguinte passagem do Curso de Direito Civil Brasileiro:

(...) O direito não é por certo uma criação da vontade geral, ou da lei, como ensinaram Rousseau e Bentham; nem uma espécie de vegetação que brota espontaneamente e inconsciente no meio da sociedade, que instintivamente se modifica e se transforma nos costumes nacionais. A humanidade acha na razão o direito como noção fundamental, que esclarece os labirintos da vida, que coordena e sustenta a sociedade, como tipo inalterável, idéia hiperhumana, com a qual ela compara os atos de todos os agentes livres, os costumes nacionais, as leis solenemente decretadas, os julga e os condena ou absolve. É verdade que esse ideal não é um código desenvolvido, ou complexo de instituições, que todos os povos em todos os tempos possam executar do mesmo modo.

Não por certo; é um princípio geral que todos devem realizar historicamente, isto é, cada um segundo as suas condições próprias e o grau de desenvolvimento a que tiver atingido nas várias ofertas de sua atividade. Os progressos do direito consistem, pois, na lenta atenuação do elemento individual, na sua progressiva homogeneização, na sua perene tendência à fusão do elemento geral, sem que, porém, jamais se extingam completamente os caracteres e a energia da vida individual-nacional. É nesse sentido que pode intervir eficaz e beneficentemente, a vontade ilustrada do legislador. Ele não pode, por certo, impor arbitrariamente um sistema de instituições, forjado em sua fantasia; mas pode remover os embaraços que se opõem às evoluções naturais e progressivas do direito, proclamando, como caducas, as formas que de fato houverem caducado, é sancionando com o reconhecimento e a força social as novas formas que logicamente daquelas se houverem desenvolvido, segundo as condições gerais de cada período histórico. O direito nacional é o desenvolvimento da noção geral e fundamental do direito, tanto quanto deve ele ter um lugar sem degenerar em casuísmo, ou sem invadir as raias do elemento individual. Para este fim deve-se estudar a natureza individual e social do homem, as necessidades e recursos, ou as condições gerais que todos são chamados a preencher a fim de que possam realizar o fim de sua criação⁵.

O Conselheiro Ribas sistematizou o seu Curso de Direito CMI Brasileiro dividindo-o em duas partes: uma introdução, compreendendo a Ciência do Direito Civil, as fontes do Direito Civil, as leis civis, a codificação e a literatura jurídica; e uma parte geral, na qual inclui capítulos como "Dos Direitos e dos seus elementos em Geral", "Das Pessoas", "Das Coisas" e "Dos Atos Jurídicos".

Defendendo a idéia, moderna àquela altura, por influência do chamado "Código napoleônico", de urgente codificação das leis civis, para

⁵ BARROS JUNIOR, Carlos S. de., in STRENGER, op. cit., nota 2, apresentação, p. 29-30.

que se pusesse fim à incongruência existente em nosso Direito, por causa mesmo da ausência de sistematização e do evidente anacronismo legislativo, Ribas chegou a afirmar:

A tendência à codificação, que já desde o século passado (XVIII) manifestara-se em algumas nações, hoje acha-se generalizada e decididamente pronunciada. Diversos códigos têm sido promulgados e outros neste momento estão sendo elaborados. Também o nosso País não se tem conservado estranho a essa tendência; no primeiro reinado promulgou-se o Código Político Fundamental e o Criminal; no actual, durante o período regencial, o do Processo Criminal e a Reforma da Constituição, e depois da maioridade do monarca, a reforma do dito Código de Processo e o Comercial com seus amplos regulamentos sobre o respectivo processo.

A reforma, porém, mais difícil e hoje mais reclamada pela opinião publica, é a da legislação civil⁶.

Com essa percepção é que Ribas, paralelamente à consolidação intentada por Teixeira de Freitas, procedeu aos estudos dogmáticos, em que sustenta achar-se o Direito Civil abrangido por três espécies de relações jurídicas: as que consubstanciam o Direito de Família, as que integram o Direito das Coisas e as que compõem o Direito das Obrigações. Não há, para ele, as relações, compreendidas na esfera desse Direito, que possam constituir "quarta e inteiramente distinta espécie". Há, entretanto - aduz -, certas instituições onde se mesclam relações de ordens diferentes, e que, portanto, podem ser classificadas ao mesmo tempo em mais de uma das três grandes divisões do Direito Civil⁷. E acrescenta: Assim, o Direito hereditário acha-se inteiramente ligado ao Direito de Família, porque é um corolário do princípio que o filho continua a personalidade do pai depois da morte deste, transmite-a aos seus próprios

⁶ STRENGER, op. cit., p. 197.

descendentes, e dest'arte a perpetua no seio da humanidade. Liga-se também ao Direito das Obrigações, porque nos casos de sucessão testamentária, é o resultado do concurso livre da vontade do testador que transmite a herança, e do herdeiro que a aceita; entretanto, em si mesmo é o complexo dos direitos reais e dos das obrigações, que o defunto possui a, e depois possui o herdeiro, e assim pertence ele simultaneamente às três divisões do Direito Civil⁸.

Ao adotar o seu sistema classificatório, perquiriu sobre as diferenças das relações regidas pelos preceitos que constituem a legislação civil, bem como de onde eles emanam.

Assim se justifica o Direito de Família:

Para que os indivíduos se liguem estreita e indissoluvelmente à humanidade, e exerçam perfeitamente as funções que lhes cabem como órgãos dela, precisam completar-se pela união com outros de sexo diferente, união que é a condição da sua reprodução, e conseqüentemente da sua perpetuidade no seio da humanidade. .

Assim, a família é o organismo elementar do Estado e da humanidade; os indivíduos se ligam a estes por meio dela.

A fama não repousa, pois, somente sobre o elemento legal, e sim também sobre os elementos natural e moral' e tão larga influência tem estes, que grande. parte das relações de família, é por eles exclusivamente regida. Nem o elemento jurídico estende-se a mais do que a determinar condições sob as quais essas relações nascem, desenvolvem-se, e as influências que o direito dos bens sofre em relação às três grandes instituições de família, - o casamento, o pátrio poder e o parentesco. As grandes regras, em que se desenvolve e aplica o elemento

⁷ Idem, p. 209.

⁸ Idem, p. 209-210.

jurídico da família, têm pois carácter especialíssimo, distinto do das mais regras jurídicas, e constituem naturalmente uma das grandes divisões do Direito Civil, o Direito de família⁹.

E, quanto ao Direito das Coisas, esclarece:

Completado, porém, o homem por meio da família, precisa submeter à sua vontade e assimilar-se parte do mundo exterior sem o que não poderá preencher o seu fim na terra, e nem sequer existir por um momento. O ato pelo qual o homem subordina o fim das cousas ao seu, ou estabelece o seu império exclusivo e absoluto sobre elas, é o que se denomina apropriação; e o direito que sobre ela adquire - propriedade.

Mas este império absoluto da vontade humana sobre as cousas pode desmembrar-se em direitos diversos, que, sob a denominação de jura in re, formam outras tantas instituições particulares, e podem residir em pessoas diferentes.

Assim, as relações que ligam entre si os vários sujeitos desses jura in re, têm carácter especial, bem como as que os ligam, ou ao pleno proprietário, para com todos os demais homens; este carácter é inteiramente negativo, é o dever que todos tem de respeitar o uso que cada um quizer fazer da sua propriedade, ou do, seu jus in re. As leis que regem estas relações dos homens por intermédio das cousas ou o império pleno ou fracionário do homem sobre as cousas que constituem outra grande divisão do Direito Civil, que se pode denominar o Direito das cousas¹⁰.

Finalmente, em seqüência, com logicidade, estrutura o Direito das Obrigações:

⁹ Idem, p. 207.

¹⁰ Idem, p. 207-208.

Mas se os homens se devessem limitar ás conquistas que cada um pode direta e imediatamente fazer sobre o mundo exterior sua ação se restringiria a estreito circulo, e se romperia um dos mais fortes laços da solidariedade universal que os une como membros da humanidade, permaneceriam em eterna selvageria, e não poderiam realizar os gloriosos destinos que a Providência divina lhes marcou.

Assim, porém, não sucede; todos os homens, qualquer que seja o país que habitem, ou o tempo em que vivam, acham-se ligados pelos laços da permutação e da prestação gratuita de serviços, ou de serviços diretos e pessoas, - produtos imateriais, ou de serviços incarnados nas cousas, produtos materiais. O ato pelo qual um indivíduo presta, ou promete prestar a outrem os seus serviços de qualquer das duas espécies, chama-se contrato. As relações provenientes dos contratos têm pois também caráter distinto, e é que estendem a esfera de nossa livre atividade, não já diretamente sobre o mundo fatal mas sobre outros entes livres, iguais a nós, e só por intermédio destes, algumas vezes, sobre as cousas materiais.

Não tratamos agora do caso em que, contrariando a natureza, atrairmos para essa esfera a pessoalidade inteira de outros entes livres, e estabelecemos sobre eles o nosso império absoluto, porque entrão ficam eles despessoalizados, reduzidos ao estado de cousas, e denominamse escravos. Tratamos somente dos casos da subjeição, parcial e livremente consentida, de uma pessoa á vontade alheia, subjeição esta que, na frase do Direito Romano se denomina obrigação.

É manifesto que as relações, que emanam das obrigações, distinguem-se perfeitamente das que prendem entre si os membros da família, e das que ligam os homens ás cousas, ou uns aos outros por meio destas; devem pois formar grupo distinto, e as leis que as regem a terceira grande divisão do Direito Civil que se denomina Direito das

obrigações¹¹.

Anota, com percuciência. o Professor Irineu Strenger o quanto foi determinante a formação intelectual do Conselheiro Ribas para a sua sistematização do Direito Civil. Acrescenta que a preocupação sistemática do conselheiro denotava as impregnações do Direito Natural na sua formação, ao mesmo tempo em que se esforçava por não perder o rigorismo científico da unidade lógica de sua obra.

A propósito desse rigorismo científico, Ribas, após definir a jurisprudência, segundo a etimologia, como, a ciência teórica e prática do direito, ou a ciência do direito unida ao hábito de aplicá-la, atribui-lhe os seguintes elementos:

I. A dogmática do direito, ou o conhecimento do direito realmente existente em certa nação, e do verdadeiro sentido dos seus textos.

II. A philosophia do direito, ou a critica do direito positivo, segundo os principias do direito racional, ou da sciencia philosophica do direito.

III. A história do direito, ou o conhecimento das fontes do direito e das transformações por são que tem passado no decurso dos séculos.

É manifesto, pois, que a jurisprudência não se pode aprender só com a leitura, por mais meditada que seja, dos textos legislativos: são-lhe indispensáveis certos estudos propedêuticos e auxiliares, de que adiante trataremos.

A prática ou aplicação do direito consiste:

¹¹ Idem, p. 208-209.

I. Em responder às consultas, expondo os princípios do direito, aplicáveis às espécies propostas, e os meios de evitar quaisquer prejuízos e nulidades nos negócios e atos forenses.

II. Em propor e defender ações em juízo, afim de realizar os direitos dos clientes com o auxílio da autoridade pública.

III. Em decidir, como juiz, ti as questões affectas á sua juris-dicção.

Aquele que apenas conhece as leis, mas não sabe interpretá-las, chama-se leguleio; o que as conhece e interpreta exatamente, mas não as aplica, denomina-se jurisperito; o que apenas possui a mera pratica de aplicá-las, sem sabê-las bem interpretar, nem conhecer a sua teoria científica, chama-se rabula; o jurisconsulto ou jurisprudente é o que reúne a ciência do direito á perícia na sua aplicação¹².

Foi essa visão e esse rigor técnico que imprimiu, com coe-rência lógica, no seu Curso de Direito Civil, adequando conceitos, regras e princípios, contidos nas Ordenações Filipinas, nos alvarás, resoluções, leis e decretos recebidos de Portugal, às novas exigências da sociedade, contribuindo, vigorosamente, com seus estudos, para a sistematização do nosso Direito Civil e, mais tarde, para a promulgação de Código Civil recentemente revogado.

O Conselheiro Antonio Joaquim Ribas integra aqueles lu-minares que, com seus profundos conhecimentos jurídicos, colaboraram na construção da estrutura da nossa ciência jurídica, ligando o passado ao presente, no constante esforço de adaptá-la ao seu tempo, sem olvidar as suas raízes. No seu prefácio ao Livro A Propriedade, de José de Alencar, após resumir, com grande sensibilidade, aquelas raízes, concluiu:

¹² Idem, p. 25-26.

Ora, a suma da história da humanidade consiste na ascensão das classes inferiores á liberdade, ao gozo, á luz; e esta ascensão importa a depuração e o alargamento do Direito.

Nós vivemos em um perfodo em que a evolução sociológica se acelera e se acentua profundamente.

As classes nobres, descendentes dos heróicos fascinaras, dos preclaros barões-salteadores, dos homens de ferro banhados de sangue humano, estão extintas ou degeneradas submergem-se na obscuridade.

O fetichismo das realezas se abumbra entre os novelos de fumo e as nuvens de poeira, erguidas pela dinamite.

O capital impiedoso, assediado pelas misérias das massas operarias, é obrigado a parlamentar, sob a mediação do poder social.

A propriedade do poder imóvel cede a antiga primazia á propriedade móvel, e se esforça por transformar-se, acompanhando a esta em sua mobilidade.

O solo se liberta dos pesados encargos, acumulados nos séculos passados, e por toda parte tende a fracionar-se.

A constituição da família se modifica.

A mulher aspira a igualar o marido no seio da sociedade doméstica, e até a intervir na direção da sociedade política.

O poder social limita o pátrio poder de um lado, impondo a instrução obrigatória e intervindo na constituição e distribuição desta; por outro, restringindo a transmissibilidade da herança necessária.

As relações jurídicas, em geral se despem de vãos

formalismos, se ampliam e se depuram sob a influencia do principio de equidade.

José de Alencar bem compreendeu as forças dinâmicas que atuam sobre a sociedade, e em serviço delas pôs o seu grande talento.

Em verdade, o juízo que fez sobre José de Alencar vale para ele próprio, pois, para quem, como ele, tinha a consciência do mundo, talento era o que sobrava.

O Conselheiro Ribas faleceu em Petrópolis, possivelmente aos 71 anos de idade, no dia 22 de fevereiro de 1890, quase esquecido em São Paulo¹³. A sua obra, todavia, permanece. Em especial, a relativa à sistematização do nosso Direito Civil e ao estabelecimento de sua teoria fundamental e geral, que ora se coloca ao alcance dos operadores do Direito, dos historiadores e do público em geral.

O contato com grandes vultos da história da Pátria, como o de Antonio Joaquim Ribas, permite melhor compreender a grandeza de nossa Nação e a necessidade de pela imitação diária de seus exemplos, contribuir para um Brasil mais próspero, mais justo e mais igualitário, que se imponha ao respeito dos outros povos pela pujança de sua cultura e pela honorabilidade de seus homens públicos.

¹³ Idem, p. 60-62.